

T-LIGA

ESPECIAL

BOLETIM INFORMATIVO
DO SINDICATO DOS
TRABALHADORES DO
JUDICIÁRIO FEDERAL E DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
NO RIO GRANDE DO SUL

EDIÇÃO
NÚMERO
427
OUTUBRO
DE 2025



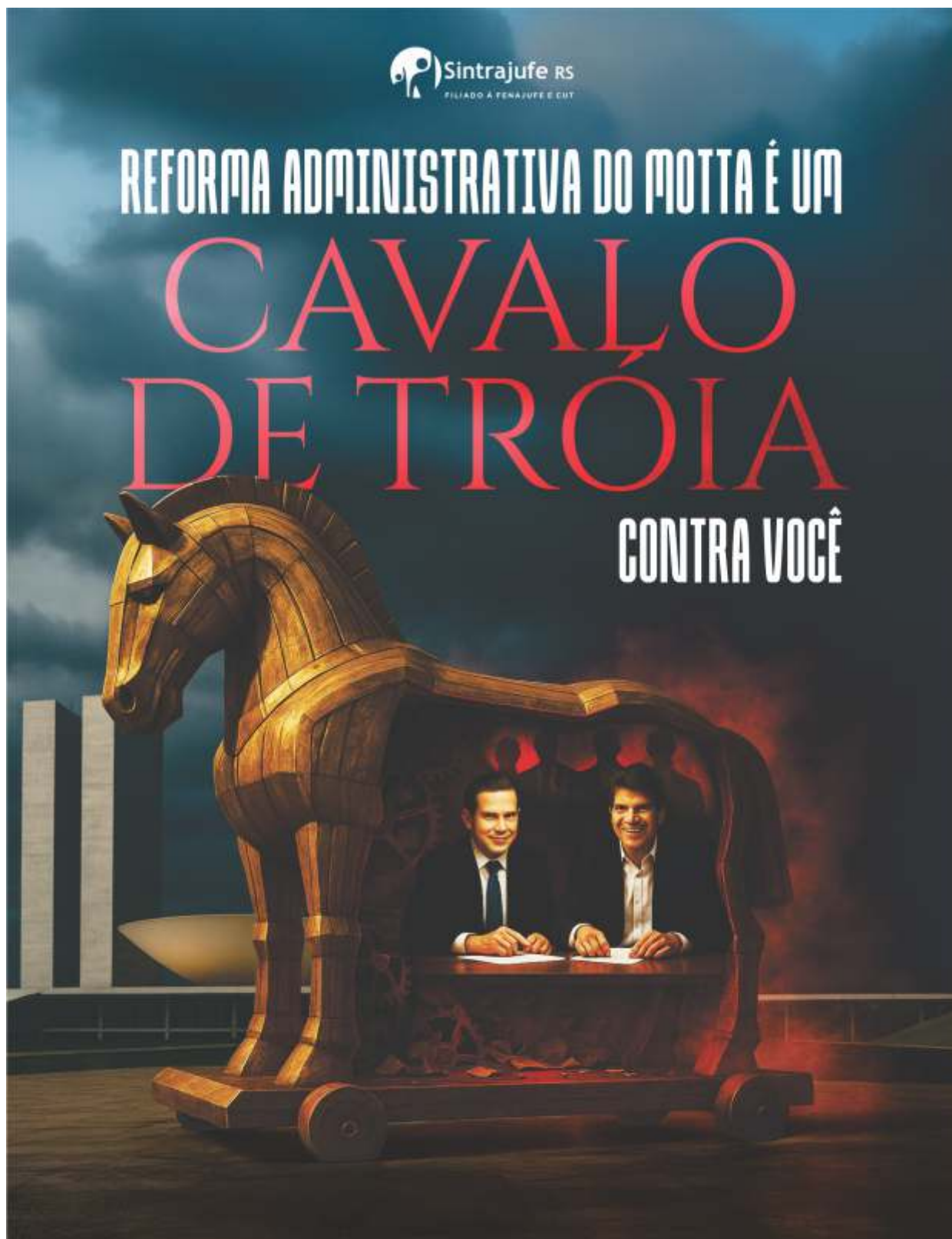
ATO QUARTA-FEIRA,
DIA 5 DE NOVEMBRO
**PELO AUMENTO
EMERGENCIAL
DO SUBSÍDIO DE
SAÚDE DO TRT4!**

SINTRAJUFE E TRÊS ESFERAS DO FUNCIONALISMO REALIZAM MARCHA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA DE MOTTA

► A chamada reforma administrativa, que tem à frente o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REP-AL), e o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), é apresentada como uma medida de modernização, mas, como o cavalo de Troia, esconde seus verdadeiros objetivos: a destruição do Estado e a privatização dos serviços públicos. Se aprovada será um ataque aos serviços públicos, a servidores e servidoras e à população.

Entre outras medidas, a proposta cria obstáculos a concursos públicos, rebaixa salários de ingresso, vincula a estabilidade e progressões na carreira a metas individuais, além de acabar com pagamentos de direitos a servidores e servidoras pela via administrativa (como no caso dos quintos, por exemplo). É, na verdade, uma reforma fiscalista, que aumenta a pressão por terceirizações e contratos precários.

Quando este boletim estava sendo finalizado, as Três Esferas da CUT, demais centrais sindicais e federações de entidades do funcionalismo realizaram a Marcha Nacional contra a Reforma Administrativa. Em todo o país, sindicatos organizaram caravanas para ir a Brasília, no dia 29, a fim de fortalecer essa mobilização nacional em defesa dos serviços públicos e da população. A caravana do Sintrajufe/RS foi composta por 15 colegas. Fruto da pressão de servidores, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) teve grande dificuldade para conseguir as assinaturas necessárias para tramitação da PEC.



EXPEDIENTE T-LIGA

BOLETIM DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO RS (SINTRAJUFE/RS)

Direção Colegiada: Anderson Eduardo dos Santos Mangine, Arlene da Silva Barcellos, Camila Belém de Figureiredo Ferrer, Camila Thomaz Telles, Carla Nunes Santos, Carmem Regina Machado Barros Ribeiro, Cristina Viana dos Santos, Fabiana Pandolfo Cherubini, Fabrício Dias Loguercio, Fagner Vinicius Monteiro Marques, Henrique Mascarenhas de Souza, José Carlos Pinto de Oliveira, José Luis Fistarol, Jusilda Lombardo Pedrollo, Luciana Krumenauer Silva, Mara Rejane Weber, Marcelo Carlini, Márcia Angelita Coelho, Margareth Melo Arco Verde, Marli da Campo Zandoná, Moisés Trisch (licenciado), Osmar Barboza Júnior, Paulo Cesar Balbinot, Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, Paulo Sergio Maia Ferreira, Rogerio Martino Otero Ávila, Rosimara Silva Kasper, Walter Oliveira.

Coordenação: Secretaria de Comunicação
 Edição: Rosane Vargas • Redação: Alexandre Haubrich e Rosane Vargas • Apoio: Daniel Borges Tratamento de imagens: Leandro Dóro • Projeto gráfico e diagramação: Veraz Comunicação • Impressão: VT Propaganda • Tiragem: 1.300 exemplares

Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre - RS - CEP 90130-000 • Fone: 51 3235-1977
 E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br
 Site: www.sintrajufe.org.br
 Redes: [Facebook.com/sintrajufers](https://www.facebook.com/sintrajufers)
 Instagram: [@sintrajufers](https://www.instagram.com/sintrajufers)

REAJUSTE DA UNIMED VAI PESAR NO BOLSO; PARTICIPE DO ATO PÚBLICO DIA 5/11, PELO AUMENTO EMERGENCIAL DO SUBSÍDIO AO PLANO DE SAÚDE DO TRT4



Ato público, em março, nas varas trabalhistas exige isonomia entre servidores e magistrados

▶ O Sintrajufe/RS convoca os servidores e as servidoras da Justiça do Trabalho para ato público no dia 5 de novembro, às 13h, nas varas trabalhistas de Porto Alegre. A mobilização foi aprovada na assembleia de base realizada em 14 de outubro, a fim de pressionar o CSJT pelo aumento emergencial do subsídio do plano de saúde do TRT4, que está congelado em R\$ 546,00 desde 2022. O reajuste dos valores do novo contrato com a Unimed foi de 30%, em média, e passa a vigorar a partir de 1º de novembro.

Cerca de 13 mil usuários – entre titulares e dependentes – estão vinculados ao plano de saúde do TRT4. A manutenção do convênio com a Unimed, que tem boa cobertura no Rio Grande do Sul, é considerada positiva pelos e pelas colegas. No entanto, o reajuste anunciado em setembro provocou preocupação entre os beneficiários.

Em comparação com o contrato anterior, os valores pagos pelo TRT4 à Unimed foram majorados em torno de 29,85%. Isso gerou um impacto muito negativo para a categoria no

que diz respeito à participação dos servidores e servidoras na parcela mensal do plano, ou seja, na relação entre o valor custeado pelo tribunal e o que é arcado, individualmente, pelos colegas. Para colegas com mais de 54 anos, por exemplo, esse reajuste superará os R\$ 300 mensais por beneficiário.

CATEGORIA EXIGE ISONOMIA

Desde o início do ano, em reuniões com o presidente do TRT4, desembargador Ricardo Martins Costa, o Sintrajufe/RS tratou do plano de saúde e do subsídio. A última reunião ocorreu no dia 7 de outubro, quando o sindicato reforçou que a situação exige medidas emergenciais, como a majoração do subsídio do tribunal.

Nos atos 16, 17 e 18/2025, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) sinalizou com a possibilidade de tratamento diferenciado entre servidores e servidoras e a magistratura. O ato 18/2025, por exemplo, definia, para a magistratura, o reembolso de até 8% do subsídio do

magistrado – até R\$ 3.180,25 – a título de auxílio-saúde. Para servidores e servidoras, por outro lado, o valor máximo a ser reembolsado corresponderia à multiplicação do valor per capita (R\$ 546,00) pelo número de pessoas que integram o grupo familiar – considerando titulares e dependentes. Desde então, o Sintrajufe/RS vem cobrando tratamento isonômico.

SINTRAJUFE COBROU DO CSJT

Após pressão da Fenajufe e de sindicatos, o CSJT suspendeu os três atos e criou um grupo de trabalho (GT) para analisar o tema, mas sua composição ainda não foi definida.

Em reunião realizada em 3 de outubro, a federação cobrou a inclusão de representantes da categoria e o reajuste urgente do benefício. O secretário-geral do CSJT, juiz Giovanni Olsson, reconheceu a importância da participação dos servidores e das servidoras e sinalizou a possibilidade de uma solução emergencial ainda neste ano, diante de sobras orçamentárias.

O Sintrajufe/RS protocolou ofício junto ao CSJT, no dia 14 de outubro, requerendo a majoração do subsídio mensal, emergencialmente, de forma a minorar a perda financeira para servidores e servidoras. O sindicato sugere que a medida se estenda, pelo menos, até a conclusão dos trabalhos do GT criado pelo conselho.

SINTRAJUFE COBRA IMPLEMENTAÇÃO DE GT QUE DEFINIRÁ PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NA CONSULTA ELEITORAL DO TRT4

► O Pleno do TRT4 não chegou a um consenso sobre a participação de servidores e servidoras a próxima consulta eleitoral para escolha da administração do tribunal. Com isso, na sessão do dia 13 de outubro, o requerimento do Sintrajufe/RS, que buscava a ampliação da democracia interna no Judiciário, não foi atendido de imediato; o assunto será discutido por um grupo de trabalho (GT) que será criado com esse fim. O sindicato cobra agilidade na instalação do GT, com representação da categoria nas discussões.

Na sessão do Pleno, o presidente do TRT4, desembargador Ricardo Martins Costa, e o presidente eleito do tribunal, desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, que assumirá em 5 de dezembro, defenderam a participação de servidores e servidoras. Ambos disseram que a pauta é um “avanço” e uma “evolução” na consulta prévia, que nos últimos dez anos passou a contar com a participação dos juízes de 1º grau.

Após um momento de discussão, um grupo de desembargadores e desembargadoras apresentou posição divergente, falando em “amadurecer” e “aprofundar” o debate. Recomendaram “cautela”, argumentando que não existem experiências do tipo em outros tribunais, o que poderia levar a uma rejeição por parte do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Um grupo de desembargadores e desembargadoras questionou o próprio mérito do pedido do Sintrajufe/RS e disse que, se o tema fosse a votação, votariam contra. Defenderam, ainda, que, antes da criação de um GT, fosse feita uma reunião institucional para que pudessem discutir livremente o tema, apenas entre os magistrados e magistradas.

Estava em análise no Pleno o processo administrativo (Proad) 3624/2025, criado após o requerimento do Sintrajufe/RS. O sindicato reivindica a alteração do §1º do artigo 16 do Regimento Interno

do TRT4 para incluir os servidores e servidoras na consulta. No pedido, o sindicato lembra que se trata de uma demanda histórica da categoria, “considerando legítimo seu direito a ter voz no processo de formação da

administração que, por seus atos, de forma direta, influencia os rumos profissionais dos trabalhadores e trabalhadoras públicos que atuam perante o Judiciário Trabalhista no Rio Grande do Sul”. O documento

destaca que o princípio democrático rege o Estado brasileiro e seus órgãos e que “é imperativo que o Poder Judiciário também aprofunde os seus níveis de democracia interna”.

EU QUERO VOTAR PARA PRESIDENTE

No TRT4, está em discussão a realização de uma consulta para a escolha da presidência do Tribunal. Uma decisão dessa magnitude, que define os rumos da nossa Justiça do Trabalho, impacta diretamente o nosso dia a dia, o nosso ambiente de trabalho e o serviço que prestamos à sociedade.

O Sintrajufe luta para garantir o nosso direito de escolha. Queremos votar para presidente!

sintrajufe.org.br

[#EuQueroVotarPraPresidente](https://www.instagram.com/sintrajufe_rs)

 Sintrajufe RS
FILIADO À FENAJUFE E CUT